



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Especialidade Contador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AC', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Objetiva de Conhecimentos Teóricos
Discursiva - Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Estudo de Caso. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever o Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Estudo de Caso (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





GRUPO I

CONHECIMENTOS TEÓRICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Creio que, pelo gosto de Gastão Cruls, a modernização do Rio se teria feito, desde os dias do Engenheiro Passos, com muito menor sacrifício do caráter e das tradições da cidade à mística do Progresso com P maiúsculo. Mas nunca se esquece ele de que, sob as descaracterizações e inovações brutais e tantas vezes desnecessárias por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil, continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses, dos Vice-reis, de Dom João VI, dos Jesuítas, dos Beneditinos, dos começos da Santa Casa [...]

*Por mais que tudo isso venha desaparecendo dos nossos olhos e se dissolvendo em passado, em antiguidade, em raridade de museu, continua a ser parte do espírito do Rio de Janeiro. Pois as cidades são como as pessoas, em cujo espírito nada do que se passou deixa inteiramente de ser. O Rio descaracterizado de hoje guarda no seu íntimo para os que, como Gastão Cruls, sabem vê-lo histórica e sentimentalmente, uma riqueza de característicos irredutíveis ou indestrutíveis, que as páginas de **Aparência do Rio de Janeiro** nos fazem ver ou sentir. E este é o maior encanto do guia da cidade que o autor de **A Amazônia que eu vi** acaba de escrever: dar-nos, através da aparência do Rio de Janeiro, traços essenciais do passado e do caráter da gente carioca. Comunicar-nos do Rio de Janeiro que Gastão Cruls conhece desde seus dias de menino de morro ilustre – menino nascido à sombra do Observatório – alguma coisa de essencial. Alguma coisa do que a cidade parece ter de eterno e que vem de certa harmonia misteriosa a que tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno – principalmente o moreno – da cor da pele dos seus homens e das suas mulheres, com o azul e o verde quente de suas águas e de suas matas.*

(Rio, setembro, 1948)

Obs.: Texto transcrito de acordo com as atuais normas ortográficas.

(Gilberto Freyre, Trecho do Prefácio. In: Cruls, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, Coleção documentos brasileiros, 2. ed., v. 1, 1952. p. 15-17)

1. O texto deixa claro, principalmente, que a cidade do Rio de Janeiro
 - (A) acaba por perder suas características mais importantes em benefício de um discutível progresso, que põe em risco sua beleza natural.
 - (B) representa, de maneira visível, as tradições do povo brasileiro e, portanto, é essencial a manutenção das suas características urbanas originais.
 - (C) precisa preservar sua identidade original, pois a natureza, que lhe garante o título de a mais bela cidade do Brasil, deve ser tida como intocável.
 - (D) mantém elementos tradicionais, ao lado de uma necessária transformação, ainda que essa transformação possa descaracterizá-la em alguns aspectos.
 - (E) deve voltar-se para a modernidade, assim como as pessoas, em uma evolução natural e necessária para a adequação aos tempos atuais.
2. Os dois-pontos que aparecem no 2º parágrafo denotam
 - (A) inclusão de segmento especificativo.
 - (B) interrupção intencional do fluxo expositivo.
 - (C) intercalação de ideia isolada no contexto.
 - (D) constatação de fatos pertinentes ao assunto.
 - (E) enumeração de elementos da cidade e do povo.
3. Com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado nas frases abaixo, o verbo que se mantém corretamente **no singular** é:
 - (A) a modernização do Rio se teria feito **(as obras de modernização)**
 - (B) Mas nunca se esquece ele de que **(esses autores)**
 - (C) por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil **(as mais belas cidades do Brasil)**
 - (D) continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses **(tradições no Rio de Janeiro)**
 - (E) do que a cidade parece ter de eterno **(as belezas da cidade)**
4. ... e que vem de certa harmonia misteriosa a que tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno ...

O segmento grifado preenche corretamente a lacuna da frase:

 - (A) As autoridades contavam se fizessem consultas à população para definir os projetos de melhoria de toda a área.
 - (B) As transformações se refere o historiador descaracterizaram toda a área destinada, de início, a pesquisas.
 - (C) A necessidade de inovações foi o argumento se valeram os urbanistas para defender o projeto apresentado.
 - (D) A ninguém ocorreu demonstrar não seria possível impedir a derrubada de algumas antigas construções.
 - (E) Seriam necessários novos e diferentes projetos urbanísticos, permanecessem intocadas as construções originais.



Atenção: As questões de números 5 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Cafezinho

Leio a reclamação de um repórter irritado que precisava falar com um delegado e lhe disseram que o homem havia ido tomar um cafezinho. Ele esperou longamente, e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Tinha razão o rapaz de ficar zangado. Mas com um pouco de imaginação e bom humor podemos pensar que uma das delícias do gênio carioca é exatamente esta frase: – Ele foi tomar café.

A vida é triste e complicada. Diariamente é preciso falar com um número excessivo de pessoas. O remédio é ir tomar um “cafezinho”. Para quem espera nervosamente, esse “cafezinho” é qualquer coisa infinita e torturante. Depois de esperar duas ou três horas dá vontade de dizer: – Bem, cavalheiro, eu me retiro. Naturalmente o Sr. Bonifácio morreu afogado no cafezinho.

Ah, sim, mergulhemos de corpo e alma no cafezinho. Sim, deixemos em todos os lugares este recado simples e vago: – Ele saiu para tomar um café e disse que volta já.

Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes e perguntar: – Ele está? – alguém dará o nosso recado sem endereço. Quando vier o amigo e quando vier o credor, e quando vier o parente, e quando vier a tristeza, e quando a morte vier, o recado será o mesmo: – Ele disse que ia tomar um cafezinho...

Podemos, ainda, deixar o chapéu. Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão: – Ele foi tomar um café. Com certeza volta logo. O chapéu dele está aí...

Ah! Fugamos assim, sem drama, sem tristeza, fugamos assim. A vida é complicada demais. Gastamos muito pensamento, muito sentimento, muita palavra. O melhor é não estar.

Quando vier a grande hora de nosso destino nós teremos saído há uns cinco minutos para tomar um café. Vamos, vamos tomar um cafezinho.

Rio, 1939.

(Rubem Braga. **O Conde e o passarinho & Morro do isolamento**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.156-7)

5. Com relação ao episódio com que inicia a crônica, o autor se mostra

- (A) crítico intransigente tanto do comportamento do delegado, por ter deixado o repórter esperando por tanto tempo, como da atitude deste último, que não soube considerar a situação com ironia e bom humor.
- (B) propenso a julgar a reação do repórter de modo muito mais severo do que a conduta do delegado, sugerindo ter havido grande exagero na afirmação de que este passara o dia inteiro tomando café.
- (C) solidário com o repórter na raiva que este experimentou ao esperar inutilmente pelo delegado e, ainda que de modo bem humorado, inteiramente avesso aos desvios de conduta de uma autoridade.
- (D) indiferente à irritação do repórter e condescendente em relação à ausência do delegado, acreditando que as complicações da vida justificam inteiramente a necessidade de se recorrer à desculpa do café.
- (E) compreensivo em relação à cólera do repórter, mas disposto a tomar o pretexto do café de que se vale o delegado para considerar, de modo bastante irônico, as razões de seu uso generalizado.

6. Quando vier o amigo e quando vier o credor, e quando vier o parente, e quando vier a tristeza, e quando a morte vier, o recado será o mesmo: – Ele disse que ia tomar um cafezinho...

Do teor da crônica e da enumeração presente no segmento acima, pode-se depreender corretamente:

- (A) O reconhecimento de que a vida é triste não acaba com o desejo de perpetuá-la.
- (B) A misantropia pode levar a uma tristeza que só termina com a morte.
- (C) As desculpas dadas de modo muito frequente acabam perdendo todo o sentido.
- (D) A introversão exagerada estende a aversão tanto às coisas más quanto às boas.
- (E) Os que nos procuram não costumam se esforçar de modo efetivo para nos encontrar.

7. Os verbos que exigem o mesmo tipo de complemento estão empregados nos segmentos transcritos em:

- (A) *A vida é triste e complicada. // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.*
- (B) *... alguém dará o nosso recado sem endereço. // A vida é triste e complicada.*
- (C) *Tinha razão o rapaz... // Depois de esperar duas ou três horas...*
- (D) *Para quem espera nervosamente... // Depois de esperar duas ou três horas...*
- (E) *Tinha razão o rapaz... // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.*

8. A frase que admite transposição para a voz PASSIVA é:

- (A) *Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes...*
- (B) *O chapéu dele está aí...*
- (C) *... chegou à conclusão de que o funcionário...*
- (D) *Leio a reclamação de um repórter irritado...*
- (E) *... precisava falar com um delegado...*

9. *Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão...*

Mantendo-se a correção e o sentido original, as frases acima estão reunidas num único período em:

- (A) *Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo e ainda assim dirão...*
- (B) *Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, pois assim dirão...*
- (C) *Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, conquanto assim dirão...*
- (D) *Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo: porquanto assim dirão...*
- (E) *Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, por que assim dirão...*



10. ... e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Do mesmo modo que se justifica o sinal indicativo de crase em destaque na frase acima, está correto o seu emprego em:

- (A) e chegou à uma conclusão totalmente inesperada.
- (B) e chegou então à tirar conclusões precipitadas.
- (C) e chegou à tempo de ouvir as conclusões finais.
- (D) e chegou finalmente à inevitável conclusão.
- (E) e chegou à conclusões as mais disparatadas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 referem-se ao texto abaixo.

Esquerda e direita

O DNA é de esquerda ou de direita? Ele fornece argumentos para todos. Prova que todos nascem com o mesmo sistema de códigos genéticos, e portanto são iguais – ponto para a esquerda –, mas que cada indivíduo tem uma senha diferente, ponto para a direita. Na velha questão *biologia x cultura*, o DNA dá razão a quem diz que características adquiridas não são hereditárias, nenhuma experiência cultural afeta os genes transmitidos e a humanidade não ficará mais virtuosa – muito menos socialista – com o tempo. Mas a própria descoberta do DNA e todas as projeções do que se tornou possível com a manipulação do material genético mostram como o ser humano pode, sim, interferir na sua própria evolução, e como existe nele uma determinação inata para o autoaperfeiçoamento. Parafraseando Marx: os cientistas sempre se preocuparam em compreender o ser humano, agora devem tratar de mudá-lo.

A indefinição dos nossos genes é apenas mais um numa longa lista de paradoxos que nos dividem. É “de esquerda” ser a favor do aborto e contra a pena de morte, enquanto *direitistas* defendem o direito do feto à vida, porque é sagrada, e ao mesmo tempo o direito do Estado de tirá-la, embora não gostem que o Estado interfira em outras áreas. A direita valoriza o indivíduo acima da sociedade, que seria uma abstração, mas aceita a desigualdade social, ou o sacrifício de muitos indivíduos pelo sucesso de poucos, como natural. A esquerda muitas vezes atribui a um líder superpersonalizado a incongruente realização de um humanismo igualitário.

Feliz é a mosca, que tem mais ou menos a nossa estrutura genética, mas absolutamente nenhum interesse nas suas implicações.

(Adaptado de Luís Fernando Veríssimo. **O mundo é bárbaro**)

11. O autor admite que, com a descoberta e com a possibilidade de manipulação do sistema de códigos genéticos (DNA),

- (A) não haverá mais como estabelecer qualquer distinção entre o que sempre foi “de direita” e o que sempre se definiu como “de esquerda”.
- (B) acabarão de vez os desequilíbrios sociais, pois será possível superar as desigualdades com base em seguros critérios de justiça, que são hereditários.
- (C) os homens poderão favorecer determinados aspectos de sua evolução, atendendo assim a uma inclinação da espécie para seu próprio aprimoramento.
- (D) tanto a esquerda como a direita deixarão de encontrar argumentos para suas posições, de vez que é a ação do código genético que determina uma opção política.
- (E) ficará ainda mais acirrada a oposição entre a esquerda e a direita, pois uma e outra reivindicarão para si o direito de gerenciar os dividendos de uma ciência tão lucrativa.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Um dos vários paradoxos enunciados no texto é o de que a esquerda, que valoriza a vida, acaba defendendo posição similar à da direita, nos casos do aborto e da pena de morte.
- II. Ao contrário da direita, a esquerda encoraja as iniciativas do Estado, quando estas promovem a valorização do indivíduo sem abonar, no entanto, qualquer forma de personalismo.
- III. A paráfrase de uma afirmação de Marx deixa ver que este alimentava a convicção de que os homens são capazes de se transformarem a si mesmos, em sua trajetória.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o segmento

- (A) *Ele fornece argumentos para todos* refere-se à alternância de poder entre a esquerda e a direita, ao longo da história.
- (B) *ponto para a esquerda* revela a indicação de um fato que favorece, a princípio, uma posição ideológica dos socialistas.
- (C) *Na velha questão biologia x cultura* alude à clássica disputa entre as ciências humanas e as ciências exatas.
- (D) *A indefinição dos nossos genes* diz respeito ao estado ainda incipiente e vacilante das pesquisas no campo da genética.
- (E) *A direita valoriza o indivíduo acima da sociedade, que seria uma abstração* acentua a supremacia de uma típica tese coletivista.



14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher adequadamente a lacuna da frase:

- (A) Não (**corresponder**) aos surpreendentes desdobramentos da descoberta do DNA análoga evolução no plano das questões éticas.
- (B) Mesmo a um pesquisador de ponta não (**haver**) de convir as disputas éticas, pois ele ainda engatinha nessa nova descoberta.
- (C) De todas as projeções que se (**fazer**) a partir da manipulação do DNA, a mais assustadora é a programação de tipos pessoais.
- (D) A um direitista não (**deixar**) de assustar, quando isso não lhe convém, iniciativas econômicas que o Estado reivindica para si.
- (E) Não (**parecer**) uma incongruência, para os esquerdistas, os excessos personalistas do líder de um movimento socialista.

15. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Habitualmente humorista, nem por isso Luís Fernando Veríssimo se exime ao tecer críticas sérias, postulando assim um equilíbrio entre o riso e a contenção jocosa.
- (B) O homem ainda está longe de ratificar o alcance da descoberta do DNA, onde as projeções mais ousadas fazem lembrar a ficção científica, ou mesmo muito além dela.
- (C) Interessou ao autor debater, uma vez mais, a eterna cisãnia entre esquerda e direita, a estar sendo alimentada pela evolução das descobertas do DNA e pelas projeções de onde derivam.
- (D) Ao se reportar às posições de direita e de esquerda, o autor identificou contradições em ambas, deixando claro que a nenhuma cabe reivindicar o mérito da coerência absoluta.
- (E) As moscas, quem diria, ostentam nossa mesma estrutura genética, afirma o autor, mas nem sequer se comprazem ou o lamentam, pois não implicam nada que não lhes diga respeito.

16. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais em:

- (A) Os cientistas devem, a partir de agora, tratar de mudar o ser humano, mesmo que até hoje não revelariam mais do que um pálido esforço ao buscar compreendê-lo.
- (B) O que for de esquerda ou de direita teria sido agora relativizado pelas descobertas do DNA, cujas projeções têm esvaziado essa clássica divisão.
- (C) Se os cientistas vierem a se preocupar com as questões ideológicas de que as futuras descobertas se revestissem, terão corrido o risco de partidizar a ciência.
- (D) Felizes são as moscas, que nem precisavam saber nada de política ou de DNA para irem levando sua vida em conformidade com o que a natureza lhes determinasse como destino.
- (E) A esquerda já chegou a glorificar a ação de líderes personalistas, cujo autoritarismo obviamente excedia os limites de uma sociedade que se queria justa e igualitária.

Atenção: As questões de números 17 a 22 referem-se ao texto abaixo.

*Joaquim Manuel de Macedo ficou famoso por causa de **A Moreninha** (1844), romance que virou sinônimo do gênero romântico no Brasil e já fez muitas moçoilas e rapazes barbados chorarem. Dr. Macedinho, como era popularmente conhecido, editaria a obra às próprias custas e não se arrependeria: o livro converteu-se em nosso primeiro best-seller. A despeito do sucesso, o ganha-pão do escritor seria obtido a partir da atividade como jornalista, articulista e cronista. Médico de formação, Macedo enveredaria pela literatura de maneira ampla. Num momento em que parecia natural cruzar a ponte entre jornalismo e literatura, Macedinho sagrou-se personagem descolado no Rio de Janeiro de Pedro II.*

E começou cedo: com apenas 24 anos, além de se dedicar ao romance, passou às páginas de jornal. Porém, se sua obra ficcional é conhecida, a produção jornalística é pouco divulgada. A desproporção é gritante, uma vez que o escritor publicou durante quatro décadas em vários órgãos cariocas. Apenas no sisudo Jornal do Comércio, reduto conservador dos mais estáveis, Macedo foi presença cativa durante 25 anos, sem interrupção. Suas colunas ocupavam o espaço prestigioso do rodapé da primeira página de domingo, dia em que a circulação duplicava.

Macedo era mesmo um agitador. Ajudou a criar uma tradição para nossas artes, letras e história. Nosso escritor usaria de suas boas relações e da sua literatura ágil para fortalecer seu grupo, empenhado na construção cultural do país.

(Lília Moritz Schwarcz. **O Estado de S. Paulo**, sábado, S6, 26 de março de 2011, com adaptações)

17. Destaca-se no texto

- (A) a existência de um vasto público voltado para a leitura de obras de caráter romântico, ainda no século XIX.
- (B) o papel desempenhado por romancistas na difusão do hábito de leitura entre rapazes e moças durante o século XIX.
- (C) a participação de Macedo como importante colunista no Rio de Janeiro, centro difusor de cultura durante o Império.
- (D) a influência de uma imprensa politizada na vida do Rio de Janeiro, responsável pela divulgação de romances no século XIX.
- (E) a agitação cultural do Rio em pleno século XIX, que obrigou Macedo a optar pela atividade jornalística.



<p>18. De acordo com o texto, é correto afirmar que</p> <p>(A) o romancista, por ser médico, ainda que conceituado, precisou editar obras de seu próprio bolso, diante de um público leitor pouco receptivo.</p> <p>(B) a sociedade do Rio de Janeiro do Império apreciava romances românticos, em oposição ao realismo veiculado nos noticiários, embora os jornalistas fossem bastante admirados.</p> <p>(C) o vasto círculo de relações sociais de Macedo fez com que ele se transformasse em figura reconhecida nos meios literários pelo valor de suas crônicas.</p> <p>(D) o valor literário da enorme produção jornalística de Macedo é superior ao de suas obras de ficção, apesar do estrondoso sucesso de A Moreninha.</p> <p>(E) a pouca divulgação da produção jornalística de Macedo é injustificável diante do reconhecimento do público e de sua permanência na imprensa da época.</p>	<p>22. ... <i>dia em que a circulação <u>duplicava</u>.</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:</p> <p>(A) ... e já fez muitas moçoilas e rapazes barbados chorarem.</p> <p>(B) ... editaria a obra às próprias custas ...</p> <p>(C) ... a produção jornalística é pouco divulgada.</p> <p>(D) Macedo era mesmo um agitador.</p> <p>(E) Nosso escritor usaria de suas boas relações ...</p>
<p>19. O assunto central aponta para o papel de Macedo como</p> <p>(A) autor do primeiro <i>best-seller</i> da literatura brasileira.</p> <p>(B) escritor atuante, tanto nos meios literários como na atividade jornalística.</p> <p>(C) médico popularmente reconhecido no Rio de Janeiro da época.</p> <p>(D) militante político responsável por diferentes causas sociais.</p> <p>(E) defensor de uma visão romântica da vida cotidiana brasileira.</p>	<p>Atenção: As questões de números 23 a 26 referem-se ao texto abaixo.</p> <p><i>O caso Montaigne na tradição literária da amizade não é propriamente uma exceção. Como os povos felizes, que – já se disse – não têm história: os sentimentos vitais, contentes e contentes, poucas vezes, enquanto vigem, dublam-se em reflexão e discurso. Por isso, certamente, a clave da perda marca tanto essa literatura e a tinge tão estranhamente de melancolia. (É que talvez os relevos dos grandes sentimentos humanos só se deixem mesmo apalpar pelo avesso: a falta permite, mais facilmente, sondar a profundidade do pleno, a dor, do contentamento.) Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos de imediato à lembrança a bela dissertação do Lélio de Cícero, brotada do interior de seu luto pela morte de Cipião, o sensível capítulo das Confissões de Santo Agostinho dedicado à memória do amigo, ou mesmo o Fédon de Platão e seu relato pungente da morte de Sócrates. Montaigne tem pois predecessores ilustres, e, explicitamente, incorpora o seu texto nessa linhagem.</i></p>
<p>20. ... <i>editaria a obra às próprias custas e não se arrependeria: o livro converteu-se em nosso primeiro best-seller.</i></p> <p>Os dois-pontos introduzem segmento</p> <p>(A) que denota o tempo decorrido entre a publicação da obra e a aceitação do público.</p> <p>(B) conclusivo, com ressalva ao que foi expresso anteriormente.</p> <p>(C) concessivo, pela oposição de sentido marcado na negação do verbo anterior.</p> <p>(D) que, embora redundante, tem o objetivo de realçar a importância da informação.</p> <p>(E) explicativo, em que se percebe noção de causa.</p>	<p><i>E, no entanto, ao ler seu ensaio (livro I, 28), sentimos que dissoa bastante do andamento mais moderado dessas composições da tradição. Sua dissertação, sentimos logo, engata alturas mais elevadas, vibra de modo mais intenso. Montaigne radicaliza. Com ele a grandeza daquelas amizades se expande num elemento mais vasto, desafia a moderação, vai ao superlativo. A estreita proximidade das almas se ultrapassa; chega à fusão e assim toca o sublime.</i></p> <p>(Fragmento adaptado de Sérgio Cardoso. Paixão da igualdade, paixão da liberdade: a amizade em Montaigne. Os sentidos da paixão. S.Paulo: Cia. das Letras, 1987. p.162-3)</p>
<p>21. <u>A despeito do sucesso</u>, o ganha-pão do escritor seria obtido...</p> <p>O elemento grifado acima pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por</p> <p>(A) Em razão do</p> <p>(B) Conquanto o</p> <p>(C) Em que pese o</p> <p>(D) Em vista do</p> <p>(E) A partir do</p>	<p>23. Com a comparação feita no início do texto, o autor sugere que</p> <p>(A) a felicidade é uma quimera tanto para o indivíduo quanto para os povos, o que é comprovado pelas memórias individuais e pelos registros históricos.</p> <p>(B) o indivíduo tem em comum com um povo o hábito de não refletir sobre os acontecimentos senão nos momentos de maior felicidade.</p> <p>(C) a história de indivíduos e povos é uma oscilação constante entre momentos de felicidade e momentos de dor.</p> <p>(D) o sentimento de amizade que une os indivíduos não é diferente daquele que unifica um povo, vínculo responsável pela felicidade de todos.</p> <p>(E) os períodos de felicidade, ao contrário dos momentos de dor, não costumam ser registrados nem pelos povos, nem pelos indivíduos.</p>



24. Dentre as características da dissertação de Montaigne que podem ser apreendidas do texto, é correto mencionar:

- (A) A tendência ao misticismo, inteiramente ausente dos relatos de seus predecessores, mesmo o de Santo Agostinho.
- (B) A opção por um relato mais imponente e vigoroso, em lugar do tom comedido que seus predecessores adotam.
- (C) O predomínio da imaginação, o que permite incluir o relato antes no campo da ficção, ainda que sublime, do que no da memória.
- (D) Um radicalismo político extremado, que não tem lugar nos relatos politicamente inócuos de seus predecessores.
- (E) A ausência do tema da morte, onipresente nos textos de seus predecessores, o que faz do relato uma verdadeira celebração da vida.

25. O sentido do elemento grifado NÃO está expresso adequadamente, entre parênteses e em negrito, ao final da transcrição em:

- (A) ... ou mesmo o **Fédon** de Platão e seu relato pungente da morte de Sócrates. (**sereno**)
- (B) Com ele a grandeza daquelas amizades se expande num elemento mais vasto, desafia a moderação, vai ao superlativo. (**ponto mais alto**)
- (C) ... os sentimentos vitais, contentes e continentos, poucas vezes, enquanto vigem, dublam-se em reflexão e discurso. (**vigoram**)
- (D) Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos de imediato à lembrança a bela dissertação... (**memória**)
- (E) Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos... (**De fato**)

26. (É que talvez os relevos dos grandes sentimentos humanos só se deixem mesmo apalpar pelo avesso: a falta permite, mais facilmente, sondar a profundidade do pleno, a dor, do contentamento.)

Atente para as afirmações seguintes sobre a pontuação empregada na frase acima, transcrita do 1º parágrafo do texto.

- I. O uso dos parênteses para isolar a frase justifica-se por se tratar de uma digressão que, embora relacionada à reflexão feita no parágrafo, interrompe momentaneamente o fluxo do pensamento.
- II. Os dois-pontos introduzem um segmento que constitui, de certo modo, uma ressalva ao que se afirma no segmento imediatamente anterior.
- III. As vírgulas que isolam o segmento *mais facilmente* poderiam ser retiradas sem prejuízo para a correção e a lógica.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Atenção: As questões de números 27 a 30 referem-se ao texto abaixo.

Entre a palavra e o ouvido

Nossos ouvidos nos traem, muitas vezes, sobretudo quando decifram (ou acham que decifram) palavras ou expressões pela pura sonoridade. Menino pequeno, gostava de ouvir uma canção dedicada a uma mulher misteriosa, dona Ondirá. Um dia pedi que alguém a cantasse, disse não saber, dei a deixa: "Tão longe, de mim distante, Ondirá, Ondirá, teu pensamento?" Ganhei uma gargalhada em resposta. Um dileto amigo achava esquisito o grande Nat King Cole cantar seu amor por uma misteriosa espanhola, uma tal de dona Quiçás... O ator Ney Latorraca afirma já ter sido tratado por seu Neila. Neila Torraca, é claro. Agora me diga, leitor amigo: você nunca foi apresentado a um velhinho chamado Fulano Detal?

(Armando Fuad. **Inédito**)

27. Com base nos casos narrados no texto, é correto afirmar que, por vezes, entre a palavra e o ouvido,

- (A) ocorre um tipo de interferência no modo de recepção que distorce inteiramente o sentido original da mensagem.
- (B) uma falha do aparelho auditivo deforma o som captado, levando o receptor a entender outra coisa.
- (C) a mensagem original se perde porque se ouve uma expressão já adulterada pela má pronúncia de terceiros.
- (D) buscamos reconhecer uma sonoridade apenas por seu efeito acústico, sem lhe emprestar nenhum sentido.
- (E) nossa capacidade criativa faz com que recusemos sons muito usuais, substituindo-os por outros, mais exóticos.

28. Está INADEQUADO o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) A traição a que por vezes está sujeita nossa audição pode ter resultados divertidos.
- (B) Os sons das palavras, a cujos poucas vezes dedicamos plena atenção, podem ser bastante enganosos.
- (C) A melodia e o ritmo de uma frase, em cujo embalo podemos nos equivocar, valem pelo efeito poético.
- (D) E afinal, por onde andaré dona Ondirá, senhora misteriosa de quem o leitor foi fã cativo, quando menino?
- (E) E dona Quiçás, a quem Nat King Cole jamais teve a honra de ser apresentado, morará ainda em Madri?

29. É correto afirmar que, ao se valer da expressão

- (A) *sobretudo quando decifram (...)* pela pura sonoridade, o autor se refere **exclusivamente** ao equívoco causado pela recepção dos sons.
- (B) *Ganhei uma gargalhada em resposta*, o autor não deixa entrever qual teria sido a pergunta.
- (C) *uma tal de dona Quiçás*, o autor faz ver que o ouvinte se confundiu por não conhecer a personagem.
- (D) *Neila Torraca*, o autor se vale de um equívoco de audição inteiramente distinto do que ocorreu em *Fulano Detal*.
- (E) *Menino pequeno*, o autor torna implícito a ela um sentido de **temporalidade**.



30. É preciso **corrigir**, por falhas diversas, a seguinte frase:
- (A) Quem ouve mal não tem necessariamente mau ouvido; pode ter sido afetado pelo desconhecimento de um contexto determinado.
 - (B) Quem não distorce o que ouviu de modo torto acaba por permanecer longe do caminho reto da compreensão.
 - (C) Pelos sons exóticos das palavras, nos impregnamos da melodia poética a cujo encanto se rendem, imantados, os nossos ouvidos.
 - (D) Há sons indiscrimináveis, como os que se apanha do rádio mau sintonizado ou de uma conversa aliatória, entre terceiros.
 - (E) É possível elaborar-se uma longa lista de palavras e expressões em cuja recepção sonora verificam-se os mais curiosos equívocos.

Informática

31. Com a utilização do editor de textos *Writer* do pacote *BR Office* é possível utilizar um texto selecionado para a criação automática de uma tabela pela opção Converter do menu Tabelas. Ao selecionar a opção de conversão de texto para tabela é apresentado uma tela para a escolha do separador de colunas. É possível escolher entre 3 separadores pré-definidos para essa operação ou ainda definir um caractere pela opção Outros. Dois dos separadores padrão encontrados nessa tela são:
- (A) vírgula e barra vertical.
 - (B) ponto e vírgula e vírgula.
 - (C) tabulações e parágrafo.
 - (D) vírgula e tabulações.
 - (E) barra vertical e ponto e vírgula.
32. Pela utilização do editor de apresentações *Impress*, do pacote *BR Office*, é possível cronometrar a apresentação sendo exibida. Este recurso é acessível por meio da opção Cronometrar, presente no menu
- (A) Ferramentas.
 - (B) Apresentação de slides.
 - (C) Visualização de slides.
 - (D) Editar.
 - (E) Formatar.
33. No *Internet Explorer 8* é possível efetuar tarefas pré-programadas para o texto selecionado em uma página da *Web*, como abrir um endereço físico em um site de mapeamento da *web* ou procurar a definição de uma palavra no dicionário, dentre outras coisas. Quando este recurso está ligado, ao lado do texto selecionado é mostrado um pequeno ícone, que ao ser clicado exibe as opções disponíveis. Este recurso é conhecido como
- (A) Marcador.
 - (B) Menu de contexto.
 - (C) Tarefas Rápidas.
 - (D) *Quick Picks*.
 - (E) Acelerador.
34. No *Microsoft Outlook 2010* é possível ativar opções que irão requisitar que seja devolvida uma confirmação assim que o *e-mail* for lido e/ou entregue ao destinatário. Tais opções são facilmente ativadas na tela de criação de um novo *e-mail*, presentes no menu de Opções, e são chamadas respectivamente:
- (A) Notificação de Leitura e Notificação de Entrega.
 - (B) Notificação de Status de Leitura e Confirmação de Envio.
 - (C) Solicitar Confirmação de Leitura e Solicitar Confirmação de Entrega.
 - (D) Requisitar Notificação de Leitura e Requisitar Notificação de Envio.
 - (E) *Status* de Leitura e *Status* de Envio.
35. Dentre as ações possíveis para se aumentar a segurança em programas de correio eletrônico, é INCORRETO dizer que se inclua desligar
- (A) o recebimento de mensagens por servidores POP3 e IMAP.
 - (B) as opções que permitem abrir ou executar automaticamente arquivos ou programas anexados às mensagens.
 - (C) as opções de execução de *JavaScript* e de programas *Java*.
 - (D) se possível, o modo de visualização de *e-mails* no formato HTML.
 - (E) as opções de exibir imagens automaticamente.

**GRUPO II****Legislação**

Atenção: As questões de números 36 a 41 referem-se ao Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.

36. Para a criação e classificação das Comarcas será considerado, dentre outros, o movimento forense dos municípios do Estado, no qual serão computados apenas os processos
- (A) cíveis, inclusive das Varas de Família, que exijam sentença de que resulte coisa julgada.
 - (B) de qualquer natureza que exijam sentença de que resulte coisa julgada.
 - (C) de qualquer natureza, independentemente da exigência de sentença judicial.
 - (D) cíveis, exceto das Varas de Família, que exijam sentença de que resulte coisa julgada.
 - (E) cíveis, inclusive das Varas de Família, independentemente da exigência de sentença judicial.
-
37. Adolfo e José são juízes. Paula, irmã de José, nutricionista, é casada com Adolfo. Quanto à possibilidade de Adolfo e José terem, simultaneamente, assento na mesma Seção, é correto afirmar que:
- (A) Não é possível, pois juízes parentes ou afins em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive, não podem, simultaneamente, ter assento na mesma Seção.
 - (B) É possível, pois juízes parentes ou afins em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, podem, simultaneamente, ter assento na mesma Seção.
 - (C) Não é possível, pois juízes parentes ou afins em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, não podem, simultaneamente, ter assento na mesma Seção.
 - (D) É possível, pois o parentesco por afinidade não impede que ambos tenham assento, simultaneamente, na mesma Seção.
 - (E) É possível, desde que Adolfo tenha tomado posse como juiz antes da realização de seu casamento com Paula.
-
38. João e Vitória, depois de 10 anos de namoro, resolveram casar. Ocorre que, o juiz de paz e seus suplentes competentes para a habilitação e celebração do casamento estão impedidos de realizar tais atos. Nesse caso,
- (A) João e Vitória deverão aguardar seis meses, pois após esse prazo o impedimento cessa e, então, o juiz de paz da comarca ou circunscrição que estava impedido voltará a ser competente para habilitar e celebrar o casamento.
 - (B) João e Vitória deverão aguardar sessenta dias, pois após esse prazo o impedimento cessa e, então, o juiz de paz da comarca ou circunscrição que estava impedido voltará a ser competente para habilitar e celebrar o casamento.
 - (C) caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a nomeação do juiz de paz *ad hoc*.
 - (D) caberá ao juiz de paz impedido a nomeação de um novo juiz de paz competente na comarca ou na circunscrição que não possua qualquer impedimento.
 - (E) caberá ao juiz de direito com competência para o Registro Civil, na comarca ou na circunscrição, a nomeação do juiz de paz *ad hoc*.
-
39. Lineu, magistrado, foi punido com censura por falta de cumprimento dos deveres do cargo. O magistrado deseja concorrer à promoção por merecimento. Neste caso, Lineu poderá
- (A) ser promovido por merecimento somente após um ano, pois o juiz censurado ficará inabilitado para concorrer à promoção por merecimento por esse período.
 - (B) ser promovido por merecimento somente após cinco anos, pois o juiz censurado ficará inabilitado para concorrer à promoção por merecimento por esse período.
 - (C) ser promovido por merecimento a qualquer tempo, pois apenas a advertência inabilita o juiz para concorrer à promoção por merecimento.
 - (D) concorrer à promoção somente por antiguidade, pois, uma vez punido por censura, o juiz não poderá mais concorrer à promoção por merecimento.
 - (E) ser promovido por merecimento somente após dois anos, pois o juiz censurado ficará inabilitado para concorrer à promoção por merecimento por esse período.
-
40. Mário ingressou na magistratura há um ano e exerce, com decoro e justiça, o cargo de juiz substituto. A promoção por merecimento de Mário, em regra,
- (A) não é possível, já que se considera requisito essencial o período mínimo de cinco anos de exercício na respectiva entrância.
 - (B) é possível, pois para a promoção por merecimento o período mínimo de dois anos de exercício na respectiva entrância é dispensado, considerando-se requisito essencial a reputação e o senso de justiça do magistrado.
 - (C) não é possível, já que se considera requisito essencial o período mínimo de dois anos de exercício na respectiva entrância.
 - (D) é possível, já que no caso de o magistrado possuir reputação ilibada e senso de justiça comprovados, o período mínimo exigido para a sua promoção por merecimento é de um ano de exercício na respectiva entrância.
 - (E) é possível, pois para a promoção por merecimento o período mínimo de cinco anos de exercício na respectiva entrância é dispensado, considerando-se requisito essencial a reputação e o senso de justiça do magistrado.



41. Antônio, desembargador, é portador de doença grave e precisa de tratamento de saúde. De acordo com informações de seu médico, há grandes chances de cura. Porém, para tanto, serão necessários, pelo menos, 60 dias de licença para o tratamento. Referida licença
- (A) dependerá de inspeção por junta médica e, se concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, salvo contraindicação médica, Antônio poderá proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto como relator ou revisor.
 - (B) independerá de inspeção por junta médica, bastando somente um relatório de seu médico e, se concedida pelo Conselho da Magistratura, salvo contraindicação médica, Antônio poderá proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto como relator ou revisor.
 - (C) dependerá de inspeção por junta médica e, se concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, salvo contraindicação médica, Antônio poderá proferir decisões em todos os processos distribuídos à sua vara, mesmo que lhe hajam sido conclusos para julgamento após a licença.
 - (D) independerá de inspeção por junta médica, bastando somente um relatório de seu médico e, se concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, salvo contraindicação médica, Antônio poderá proferir decisões em todos os processos distribuídos à sua vara, mesmo que lhe hajam sido conclusos para julgamento após a licença.
 - (E) não poderá ser concedida pelo Conselho da Magistratura, tendo em vista que o prazo máximo de licença para tratamento de saúde é de 30 dias.
42. Eliseu encontra-se realizando estágio experimental no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; Marta trabalha exclusivamente como contadora em um escritório de contabilidade; e Josias é Analista Judiciário efetivo do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Decreto nº 4.620/05, a função gratificada poderá ser exercida APENAS por
- (A) Eliseu e Josias.
 - (B) Josias.
 - (C) Marta e Josias.
 - (D) Eliseu.
 - (E) Eliseu e Marta.
43. O advogado João, 71 anos de idade, deseja ser nomeado para exercer o cargo comissionado de chefe do gabinete do desembargador Martim, seu amigo. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, João
- (A) poderá ocupar o cargo em comissão, desde que o Conselho da Magistratura aprove a nomeação.
 - (B) poderá ocupar o cargo em comissão, pois não há limite de idade para o exercício de cargo em comissão.
 - (C) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois a chefia de gabinete deve ser exercida por funcionário do próprio gabinete, com mais de 03 anos em sua função.
 - (D) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois possui mais de 70 anos de idade.
 - (E) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois a chefia de gabinete deve ser exercida por funcionário do próprio gabinete, com mais de 05 anos em sua função.
44. Marilene, ocupante de cargo em órgão da Administração Estadual direta em caráter efetivo, prestou, para cargo divergente daquele que ocupa, concurso público no qual foi habilitada nas provas e no exame de sanidade físico-mental e, então, designada para o estágio experimental. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, Marilene, em regra,
- (A) não ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado até a sua aprovação no estágio experimental e consequente nomeação no concurso, e continuará recebendo o vencimento e as vantagens, com a perda do auxílio moradia e do adicional por tempo de serviço.
 - (B) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado, mas continuará recebendo o vencimento, as vantagens, o auxílio-moradia e o adicional por tempo de serviço.
 - (C) não ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado até a sua aprovação no estágio experimental e consequente nomeação no concurso, e continuará recebendo o vencimento, as vantagens, o auxílio-moradia e o adicional por tempo de serviço.
 - (D) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado com a perda do vencimento, das vantagens e do auxílio-moradia, ressalvado o adicional por tempo de serviço.
 - (E) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado com a perda das vantagens, do auxílio-moradia e do adicional por tempo de serviço, mas continuará recebendo o vencimento.
45. Mônica, Analista Judiciária da Área Judiciária, exerce função de direção de serventia judicial de primeira instância como titular. Mônica afastou-se da função por 28 dias e foi substituída por Bonifácio. De acordo com a Lei nº 4.620/05, Mônica
- (A) não deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período inferior a 30 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo o vencimento, as vantagens e o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de trinta por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.
 - (B) deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período superior a 15 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo o vencimento, as vantagens e o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de vinte por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.
 - (C) não deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período inferior a 30 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo apenas o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de trinta por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.
 - (D) deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período superior a 15 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo apenas o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de trinta por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.
 - (E) não deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período inferior a 30 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo apenas o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de vinte por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.

**Grupo III****CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

46. A respeito de orçamento público, analise as afirmações abaixo:
- I. A regra geral em matéria orçamentária é que não devam constar do orçamento elementos estranhos à previsão da receita e fixação da despesa, embora possa haver algumas exceções permitidas pela legislação.
 - II. O orçamento é elaborado através de projeto de lei submetido ao Poder Executivo pelo Poder Legislativo.
 - III. O orçamento tradicional é instrumento eficiente para compatibilizar as programações anuais com o Plano de Trabalho do Governo.
 - IV. O orçamento base-zero exige que todas as despesas das unidades orçamentárias sejam detalhadamente justificadas a cada ano.

Estão corretas APENAS

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

47. O Orçamento-Programa tem como característica principal:
- (A) dar ênfase ao objeto do gasto.
 - (B) promover a ampla integração da sociedade civil no processo de discussão da elaboração da peça orçamentária.
 - (C) incentivar que a fixação das despesas das unidades orçamentárias sejam baseadas nas realizadas no ano anterior acrescidas de um percentual que refletirá a inflação esperada.
 - (D) ser um instrumento de fiscalização dos gastos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo.
 - (E) efetuar a integração entre o planejamento do Governo e orçamento anual.

48. Em relação à elaboração, discussão, votação e aprovação da proposta de lei orçamentária da União, é correto afirmar que:
- (A) Somente o Poder Executivo tem autonomia para elaborar sua proposta orçamentária.
 - (B) A Lei Orçamentária Anual da União poderá ser remetida ao Congresso Nacional sob a forma de Medida Provisória.
 - (C) O projeto de lei orçamentária deve ser apreciado pelas duas casas do Congresso Nacional na forma do Regimento Comum.
 - (D) A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda é o órgão encarregado de encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional.
 - (E) O Congresso Nacional pode aprovar emenda ao Orçamento para aumentar a despesa fixada para um órgão público, mesmo que ela seja incompatível com o Plano Plurianual.

49. A execução da Lei Orçamentária Anual da União sofrerá o controle
- (A) do Banco Central e do Ministério da Fazenda.
 - (B) do Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - (C) somente pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - (D) pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento.
 - (E) pela Secretaria da Casa Civil da Presidência da República.

50. O Programa Plurianual deverá
- (A) dispor sobre metas de arrecadação para o período de sua vigência, demonstradas de forma regionalizada.
 - (B) ter vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente.
 - (C) ter seu projeto de lei encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.
 - (D) estabelecer diretrizes e metas da administração pública para as despesas de custeio no prazo de sua vigência.
 - (E) conter Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.



-
51. A Lei das Diretrizes Orçamentárias
- (A) deverá fixar as despesas de capital para os quatro exercícios seguintes a que se referir.
 - (B) deverá ter seu projeto de lei encaminhado ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.
 - (C) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - (D) conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos pela lei orçamentária anual.
 - (E) conterá Anexo de Riscos Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
-
52. Em relação à Lei Orçamentária Anual da União, é correto afirmar que:
- (A) A lei compreenderá o orçamento de investimento das empresas das quais a União participe do capital com direito a voto, mesmo que não tenha o controle.
 - (B) O orçamento da seguridade social terá, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
 - (C) O projeto da lei orçamentária anual não poderá sofrer emendas no Congresso Nacional.
 - (D) A lei, após aprovada pelo Congresso Nacional, deverá ser devolvida para sanção do Presidente da República até 15 de janeiro do exercício a que se referir.
 - (E) O projeto da lei será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
-
53. De acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO constitui finalidade do sistema de controle interno integrado entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário:
- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - (B) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - (D) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
 - (E) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
-
54. Os créditos especiais e extraordinários, cujo ato de autorização foi promulgado em setembro de 20x1, terão vigência
- (A) até o final do exercício financeiro em que foram autorizados.
 - (B) durante um período de 12 meses a contar da data da autorização.
 - (C) durante o prazo estipulado pela lei que autorizou a sua abertura.
 - (D) até o final do exercício financeiro subsequente desde que reabertos pelo seu saldo.
 - (E) durante a vigência do plano plurianual.
-
55. Na adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais pelas entidades do setor público, devem ser observados os princípios da entidade, continuidade, registro pelo valor original,
- (A) oportunidade, competência e conservadorismo.
 - (B) oportunidade, prudência e conservadorismo.
 - (C) oportunidade, competência e prudência.
 - (D) competência, relevância e prudência.
 - (E) competência, relevância e comparabilidade.
-



56. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que cabe ao Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizar o cumprimento das normas da referida Lei. Sobre este assunto, considere:
- I. Atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
 - II. Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
 - III. Destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101/2000.
 - IV. Definição da escolha da modalidade de licitação para bens e serviços comuns, tendo em vista a escolha da proposta mais vantajosa para a administração.
 - V. Definição da metodologia adotada pelo ente público para determinação dos custos dos serviços públicos prestados ao contribuinte.

A ênfase da fiscalização pelo Poder Legislativo está no que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II e V.

-
57. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a licitação destina-se a:

- I. Garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- II. Selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.
- III. Promover o desenvolvimento nacional sustentável.
- IV. Regular o processo de aquisição de bens e serviços comuns para produtos de comprovada qualidade.
- V. Estipular o preço máximo a ser pago pelo ente público para a aquisição de bens e serviços.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

-
58. A Prefeitura do Município de Cruz Azul efetuou um convênio com o Ministério dos Esportes visando a execução de um projeto de inserção de menores carentes em esportes olímpicos, com vencimento em dezembro de X2. No ano de X1 recebeu R\$ 500.000,00 de recursos e no ano de X2 recebeu o montante de R\$ 100.000,00. Na impossibilidade de utilização de todos os recursos recebidos até o final do convênio, restou ao município devolver o montante de R\$ 150.000,00 em X2. O registro contábil da devolução de recursos será efetuado como
- (A) despesa orçamentária no valor de R\$ 150.000,00.
 - (B) dedução da receita no valor de R\$ 150.000,00.
 - (C) despesa orçamentária no valor de R\$ 100.000,00 e dedução da receita no valor de R\$ 50.000,00.
 - (D) dedução da receita no valor de R\$ 100.000,00 e despesa orçamentária no valor de R\$ 50.000,00.
 - (E) dedução da receita no valor de R\$ 100.000,00 e despesa extraorçamentária no valor de R\$ 50.000,00.

-
59. Uma das despesas públicas que pode ser classificada como extraorçamentária é:

- (A) juros sobre a dívida por contrato.
- (B) despesa com arrendamento mercantil.
- (C) amortização das operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).
- (D) despesa com pessoal e encargos.
- (E) aquisição de imóveis.



60. Constituem exemplos de variações patrimoniais quantitativas e qualitativas, nesta ordem, as decorrentes de
- (A) compra de um veículo à vista e contratação de operações de crédito.
 - (B) lançamento do imposto sobre propriedade de veículos automotivos e contratação de operações de crédito.
 - (C) contratação de operações de crédito e pagamento de despesas com material de escritório.
 - (D) compra de um veículo a prazo e pagamento de despesas com material de escritório.
 - (E) recebimento de impostos sobre serviços e consumo de material de escritório.
-
61. De acordo com o Plano de Contas aplicado ao setor público, compreendem informações de natureza patrimonial, orçamentária e de controle, respectivamente, as referentes a:
- (A) Pessoal e encargos sociais; Inscrição de Restos a pagar e Execução de dívida ativa.
 - (B) Impostos, taxas e contribuições; Pessoal e encargos sociais e Inscrição de Restos a pagar.
 - (C) Inscrição de Restos a pagar; Execução de dívida ativa e Execução Orçamentária.
 - (D) Inscrição de Restos a pagar; Pessoal e encargos sociais e Execução Orçamentária.
 - (E) Inscrição de Restos a pagar; Execução orçamentária e Execução de dívida ativa.
-
62. Considere o Anexo 1 – Demonstrativo de execução dos Restos a Pagar não processados de um determinado órgão do Governo Federal.

Anexo 1 – Demonstrativo de execução dos Restos a Pagar não processados em 31/12/20x1

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		40.000,00	34.000,00	27.000,00	1.000,00	5.000,00
Pessoal e encargos sociais		20.000,00	20.000,00	15.000,00		0,00
Juros e encargos da dívida		5.000,00	4.000,00	4.000,00	1.000,00	0,00
Outras despesas correntes		15.000,00	10.000,00	8.000,00		5.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	110.000,00	95.000,00	70.000,00	10.000,00	40.000,00
Investimentos	30.000,00	100.000,00	80.000,00	60.000,00	10.000,00	40.000,00
Inversões financeiras						
Amortização da dívida	5.000,00	10.000,00	15.000,00	10.000,00		0,00
TOTAL	35.000,00	150.000,00	129.000,00	97.000,00	11.000,00	45.000,00

Considerando que, em X1, o saldo inicial de Restos a pagar processados era igual a zero, o saldo final de Restos a pagar liquidados em 31/12/x1 era de

- (A) R\$ 32.000,00.
- (B) R\$ 45.000,00.
- (C) R\$ 21.000,00.
- (D) R\$ 35.000,00.
- (E) R\$ 53.000,00.



63. A Prefeitura Municipal de Xupitinga realizou no primeiro semestre de 20x1, uma licitação na modalidade tomada de preços para aquisição de merenda escolar, totalizando a importância de R\$ 645.000,00. No início do segundo semestre, verificou-se que a quantidade prevista inicialmente não seria suficiente para atendimento da necessidade das escolas municipais até o final do ano. O ordenador da despesa observou que seria necessário efetuar nova licitação para complemento das necessidades do município. A quantidade necessária importaria no valor de R\$ 75.000,00. Em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e visando a opção mais vantajosa para o erário público, o ordenador da despesa deveria
- (A) abrir uma licitação na modalidade convite no valor de R\$ 75.000,00, tendo em vista que o montante a ser adquirido encontra-se dentro do limite previsto para esta modalidade.
- (B) abrir uma licitação na modalidade tomada de preços no valor de R\$ 75.000,00, tendo em vista que a licitação anterior foi realizada na mesma modalidade.
- (C) abrir uma licitação na modalidade de concorrência, tendo em vista que o montante previsto de R\$ 75.000,00 para a licitação, acrescido ao valor da licitação anterior extrapola o limite previsto para a realização de uma licitação na modalidade de tomada de preços.
- (D) abrir uma licitação na modalidade de pregão presencial, tendo em vista que esta modalidade é a única permitida para a aquisição de bens e serviços comuns.
- (E) efetuar uma compra direta junto aos fornecedores usuais da prefeitura, com dispensa de licitação, tendo em vista a urgência na aquisição da merenda escolar.
-
64. A Prefeitura do Município de Brasilândia do Norte efetuou um processo de licitação com vistas à aquisição de computadores para a escola municipal, com valor máximo previsto de R\$ 550.000,00. Ao final do certame, verificou-se que as empresas cumpriram todas as exigências do edital de licitação, bem como apresentaram os documentos exigidos pelo processo. O valor das propostas e informações adicionais constantes do processo são as que seguem:

NOME DA EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Empresa Alfa	R\$ 500.000,00	Os equipamentos foram produzidos por uma empresa chinesa em fábrica localizada no País.
Empresa Beta	R\$ 500.000,00	Os equipamentos foram produzidos por empresa brasileira, com utilização de tecnologia japonesa, através de filial localizada na China.
Empresa Gama	R\$ 500.000,00	Os equipamentos foram produzidos por empresa que investe em pesquisa e desenvolvimento no País.
Empresa Delta	R\$ 525.000,00	Os equipamentos foram produzidos por empresa brasileira em fábrica localizada no País.
Empresa Ômega	R\$ 540.000,00	Os equipamentos foram produzidos por empresa brasileira com fábrica localizada no País e que investe em pesquisa e desenvolvimento no País.

De acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, o ordenador da despesa deverá declarar vencedora a empresa

- (A) Alfa.
- (B) Beta.
- (C) Gama.
- (D) Delta.
- (E) Ômega.
-
65. Visando atender a insuficiência de caixa durante o exercício financeiro é permitido ao gestor efetuar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO). Em relação a este assunto, considere:
- I. As operações de crédito serão realizadas somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- II. As operações de crédito deverão ser liquidadas, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.
- III. É permitido ao Presidente, Governador ou Prefeito Municipal efetuar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária desde que anterior ao último quadrimestre do último ano de seu mandato.
- IV. O gestor público poderá efetuar diversas operações de crédito ainda que não tenha liquidado as operações anteriores de mesma natureza, desde que todas sejam liquidadas até o dia dez de dezembro de cada ano.
- V. A operação de crédito não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir.

De acordo com A Lei Complementar nº 101/00, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, IV e V.



66. Em 31/12/x1, ao efetuar a elaboração das Demonstrações Contábeis obrigatórias definidas pela NBCT 16, o contador de um determinado ente público verificou que no Balanço Patrimonial constava as seguintes informações:

CONTAS	Saldo em 31/12/x1	Saldo em 31/12/x0
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	1.570.000,00	1.452.000,00
Móveis e utensílios	150.000,00	120.000,00
(-) Depreciação Acumulada s/ móveis e utensílios	(60.000,00)	(48.000,00)
Terrenos	500.000,00	500.000,00
Edificações	1.000.000,00	1.000.000,00
(-) Depreciação acumulada s/ edificações	(240.000,00)	(200.000,00)
Veículos	600.000,00	400.000,00
(-) Depreciação acumulada s/ veículos	(380.000,00)	(320.000,00)

Em 31/12/X1, antes do encerramento do Balanço Patrimonial, o contador verificou que tanto o valor de mercado menos o custo de alienação quanto o valor em uso dos Terrenos e Edificações eram de, respectivamente, R\$ 400.000,00 e R\$ 700.000,00. A vida útil remanescente estimada para as Edificações era de 15 anos. Em cumprimento à NBCT 16, o procedimento contábil a ser efetuado seria

- (A) manter os valores do Ativo imobilizado na forma em que se encontram, tendo em vista que o prazo estimado para recuperabilidade dos ativos é longo.
- (B) aplicar o teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) somente para os terrenos, tendo em vista que não sofrem registro de depreciação.
- (C) aplicar o teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), ajustando o valor dos terrenos para R\$ 400.000,00, com reconhecimento de perdas no valor de R\$ 100.000,00 reconhecidas diretamente como redução do Patrimônio Líquido.
- (D) aplicar o teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), ajustando o valor dos terrenos para R\$ 400.000,00 e o valor das Edificações para R\$ 700.000,00, com reconhecimento de perdas a serem registradas em contas de resultado no valor de R\$ 160.000,00.
- (E) aplicar o teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), ajustando o valor dos terrenos para R\$ 400.000,00 e o valor das Edificações para R\$ 700.000,00, com reconhecimento de perdas a serem registradas em contas de resultado no Resultado do Exercício no valor de R\$ 400.000,00.

67. Observe o Balanço Patrimonial elaborado pela Prefeitura Municipal de Jerez ao final de 20x1:

Prefeitura Municipal de Jerez
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31/12/20x1 – Em milhares de R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.750	1.000	PASSIVO CIRCULANTE	1.300	1.100
Caixa e equivalente de caixa	750	500	Obrigações trabalhistas	300	200
Créditos a curto prazo	700	350	Empréstimos a pagar	500	500
Estoques	300	150	Fornecedores a pagar	400	200
			Provisões	100	200
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.250	1.000	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.300	600
Realizável a longo prazo	500	400	Empréstimos a pagar	750	350
Imobilizado	500	390	Fornecedores a pagar	250	150
Bens móveis	300	150	Provisões	300	100
Bens imóveis	300	300			
(-) Depreciação acumulada	(100)	(60)	TOTAL DO PASSIVO	2.600	1.700
Intangível	250	210	PATRIMONIO LIQUIDO		
Softwares	150	110	Patrimônio Social	100	100
Direito de uso de imóveis	100	100	Resultados Acumulados	300	200
			TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	400	300
TOTAL DO ATIVO	3.000	2.000	TOTAL PASSIVO + PL	3.000	2.000

Analisando o Balanço Patrimonial encerrado em 20X1, é correto afirmar que:

- (A) o Resultado Econômico do Exercício de 20x1 foi de R\$ 300.000,00.
- (B) a empresa possui maior liquidez corrente em 31/12/20x0 do que em 31/12/20x1.
- (C) o índice de solvência variou de 31/12/20x0 para 31/12/20x1 em -5,1%.
- (D) o índice de solvência variou de 85% em 31/12/20x0 para 86,7% em 31/12/20x1.
- (E) o índice de liquidez seca é maior em 31/12/20x1 do que em 31/12/20x0.



68. Dois capitais são aplicados em um banco numa mesma data. O primeiro capital no valor de R\$ 25.000,00 foi aplicado a juros simples, durante 10 meses, e o valor dos juros no final do período foi igual a R\$ 1.875,00. O segundo capital também foi aplicado a juros simples com a mesma taxa de aplicação utilizada no primeiro capital, durante 8 meses, e o valor do montante no final do período foi igual a R\$ 28.196,00. O valor do segundo capital é igual a
- (A) R\$ 25.600,00.
 - (B) R\$ 25.800,00.
 - (C) R\$ 26.200,00.
 - (D) R\$ 26.400,00.
 - (E) R\$ 26.600,00.
-
69. Um investidor analisa duas opções para aplicar uma quantia de valor igual a R\$ 40.000,00:
- I. Aplicar toda a quantia a juros simples durante o prazo de 16 meses.
 - II. Aplicar toda a quantia a juros compostos, durante 1 ano, a uma taxa de 6% ao semestre.
- Se o valor dos juros das duas opções são iguais, então a taxa anual correspondente da primeira opção é
- (A) 8,16%.
 - (B) 9,27%.
 - (C) 9,60%.
 - (D) 10,20%.
 - (E) 10,80%.
-
70. Um título de valor nominal igual a R\$ 28.000,00 foi descontado 3 meses antes de seu vencimento com uma taxa de desconto de 18% ao ano. A operação utilizada foi a de desconto comercial simples. Na mesma data, outro título de valor nominal igual a R\$ 30.000,00 foi descontado, com uma taxa de desconto de 18% ao ano, também com a utilização da operação de desconto comercial simples. Se o valor presente correspondente do segundo título supera o valor presente correspondente do primeiro título em R\$ 560,00, então o número de meses antes do vencimento em que o segundo título foi descontado é igual a
- (A) 4.
 - (B) 5.
 - (C) 6.
 - (D) 7.
 - (E) 8.



DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

Atenção: Considere o Balanço Patrimonial e as Informações Adicionais para responder às questões de números 1 e 2.

O Secretário de Fazenda do Estado Gama, Sr. José da Silva Pereira, solicitou um parecer sobre as modificações que deverão ser implementadas na contabilidade do governo estadual com vistas à adoção do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte II: Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Parte V: Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011, e Portaria STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011.

Para isso, disponibilizou o Balanço Patrimonial Consolidado referente a 31 de Janeiro de X1 e informações adicionais sobre critérios de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos, conforme apresentado a seguir.

Governo do Estado Gama
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício Findo em 31 de Janeiro de X1

ATIVO		PASSIVO	
Títulos	R\$ (milhões)	Títulos	R\$ (milhões)
Ativo Financeiro	3.783	Passivo Financeiro	2.650
Caixa e Equivalentes de Caixa (1)	135	Restos a Pagar (8)	2.650
Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo (2)	3.648		
Ativo Permanente	64.188	Passivo Permanente	48.405
Créditos de Curto Prazo (3)	43.000		
Estoques (4)	3.223	Dívida Fundada Interna (9)	47.830
Investimentos (5)	3.850	Dívida Fundada Externa (9)	575
Imobilizado (6)	14.015		
Intangível (7)	100		
Saldo do Ativo Real	67.971	Saldo do Passivo Real	51.055
		Ativo Real Líquido	16.916
TOTAL	67.971	TOTAL	67.971

Informações Adicionais:

1. Caixa e Equivalentes de Caixa: mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.
2. Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo: compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários pós-fixados não destinados à negociação. Tais aplicações de recursos são mensuradas pelo valor original e ajustadas conforme condições contratuais até a data do Balanço Patrimonial. Também, são constituídas provisões para perdas prováveis.
3. Créditos de Curto Prazo: compreendem os valores dos créditos de dívida ativa tributária, em processo de inscrição e já inscritos, realizáveis até o término do exercício seguinte. Os créditos oriundos da receita tributária são reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando encaminhados para inscrição em dívida ativa. Os créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, ajustados pela atualização monetária, juros, multas/encargos. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajustes.
4. Estoques: são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.
5. Investimentos: referem-se a investimentos em empresas controladas pelo governo estadual e são avaliados pelo método do custo de aquisição.
6. Imobilizado: são reconhecidos e mensurados com base em todos os critérios previstos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte II: Procedimentos Contábeis Patrimoniais.
7. Intangível: refere-se a *softwares* adquiridos pelo governo estadual, com vida útil de 10 anos, e avaliado pelo valor de aquisição.
8. Restos a Pagar: referem-se a despesas relativas à aquisição de material permanente e de consumo, parcialmente processadas e não pagas, cujos valores foram inscritos em Restos a Pagar no final do exercício financeiro. As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.
9. Dívida Fundada Interna e Externa: são reconhecidas e mensuradas com base em todos os critérios previstos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte II: Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Parte III: Procedimentos Contábeis Específicos.

**QUESTÃO 1**

Para subsidiar a elaboração do parecer, defina os critérios a serem adotados para classificação das contas do Ativo e do Passivo em grupos de contas para efeitos de elaboração e divulgação do Balanço Patrimonial. Considere, para isso, APENAS informações do subsistema de informações patrimoniais.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO 2

Para subsidiar a elaboração do parecer, identifique as modificações a serem implementadas quanto ao reconhecimento e à mensuração de ativos e passivos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO